

UNIDADE REGIONAL COLEGIADA NORTE DE MINAS
Ata da 169ª reunião, realizada em 12 de novembro de 2024

Em 12 de novembro de 2024, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: José Carlos Dias Santos, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Victor Augusto Gomes Prosdocimi, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Aldrin Jones Reis Souza, do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene); Leandro Marques de Souza Tavares, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Fernanda Sales Saab, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Franklin Reginato Pereira Mendes, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Mônica Durães Braga, da Prefeitura de Montes Claros; Representantes da sociedade civil: Laila Tupinambá Mota, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Hilda Andrea Loschi, do Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros; Daniela Alves Viali, da Associação Ambiental Sustenta Minas; Ricardo Gomes Silva, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Bianca Kastembal Ferreira Silva, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar/MG). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 169ª reunião da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Foi feita exibição de vídeo gravado por Tiago Aroeira Marliere, da Superintendência de Tecnologia da Informação, da SEMAD, com apresentação sobre a nova plataforma meioambiente.mg.gov.br, que passa a abrigar todos os portais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (Sisema) do Estado de Minas Gerais. Felipe Brait Carneiro Gonçalves, da SEMAD, se colocou à disposição para esclarecimento de dúvidas e recebimento de críticas e sugestões ao novo sistema. **5) EXAME DA ATA DA 168ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 168ª reunião da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas, realizada em 8 de outubro de 2024. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Idene, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Montes Claros, Fiemg, Faemg, Sindicato dos Produtores Rurais, Sustenta Minas, Zeladoria do Planeta e Senar. Ausência: Aprosoja. **6) PROGRAMA DIÁLOGOS COM O SISEMA: “PRA PRODUZIR SUSTENTÁVEL: PROMOVENDO A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS EM MINAS GERAIS”.** Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF). Janaina Mendonça Pereira, do Instituto Estadual de Florestas, fez apresentação sobre o programa “PRA Produzir Sustentável: promovendo a regularização ambiental dos imóveis rurais em Minas Gerais”, contemplando os fundamentos legais e os procedimentos adotados. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta desta reunião, no portal do Meio Ambiente. Dentro do programa “Diálogos com o Sisema”, foi aberto espaço para esclarecimento de dúvidas e debates sobre o tema. Janaina Mendonça Pereira respondeu perguntas registradas no chat da reunião pelo público que assistiu à sessão pelo Youtube. Manifestações dos conselheiros. Conselheiro Franklin Reginato Pereira Mendes/MPMG: “Primeiro, eu queria parabenizar a Janaina pela brilhante apresentação. O programa é fantástico. E eu queria até te perguntar se é possível disponibilizar sua apresentação. Eu falo porque coordeno as quase 25 promotorias e seria interessante apresentar aos promotores essa possibilidade. O Ministério Público, vez ou outra ou quase sempre, lida com uma infinidade de boletins de ocorrência ou autos de infração que acabamos levando para o Juizado Especial ou chamando para fazer Termo de Ajustamento de Conduta, e às vezes o nosso interesse nunca foi processar e, sim, basicamente, resolver, regularizar as situações das propriedades e permitir que ainda produzam com mais sustentabilidade. Então eu queria me colocar como parceiro aqui, representando o Norte de Minas, e como interlocutor até dos promotores de Justiça local. E

eu queria ver se é possível compatibilizar essa apresentação e se no futuro, daqui a alguns dias, é possível mais uma palestra para os promotores.” Janaina Mendonça Pereira/IEF: “Isso que eu ia te pedir, inclusive, essa oportunidade de juntar os promotores para que eu possa fazer essa abordagem online. Hoje eu fiz uma abordagem muito mais ampla, por conta do público e do tempo, mas podemos fazer uma abordagem mais técnica, pontuando essas questões, essas dúvidas mais específicas. Então eu já me coloco à disposição, eu e a equipe, que vamos trazer a equipe também operacional, que vai trazer essas questões mais operacionais. Vai ser um prazer. A palestra já vai ficar disponível, e já fico disponível com a equipe também para fazermos essa abordagem com os promotores, já agradecendo a oportunidade.” Conselheira Hilda Andrea Loschi/Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros: “Janaina, prazer revê-la e parabenizá-la pela apresentação, muito clara, muito lúcida. E eu quero trazer para vocês todos uma questão. Eu já deixei no chat o meu incômodo, Dr. Yuri, quanto à questão da comunicação. De fato, nós temos lidado com a comunicação com o produtor em diversos aspectos e percebido muita dificuldade. O que me incomoda é essa dificuldade que nós, como parceiros, temos de mobilizar e informar o nosso produtor sobre os problemas. Nós lidamos com isso na questão das águas, e com o CAR eu estou sentindo que vai ser a mesma coisa. Nós temos produtores que acham que fizeram o CAR e já estão regulares. E sabemos que isso não é um fato. Eu eu apresento outra questão, e daí eu faria minha pergunta. É que os prestadores de serviço que fizeram o CAR para o nosso produtor, em muitos casos, já não têm mais vínculo nenhum com esse produtor. Deixaram um e-mail cadastrado, e esse e-mail vai receber a informação da necessidade de regularização, e muitas vezes não vai passar isso ao produtor. Então a pergunta que eu faço: há alguma forma de gerar uma obrigatoriedade legal desse antigo prestador de reportar ao produtor ou reportar ao órgão, alguma forma da nova ligação com o produtor?” Janaina Mendonça Pereira/IEF: “Não vejo essa viabilidade. Estou falando com você aqui, e meu coração até dispara, porque realmente o ponto crítico hoje é essa comunicação. Então eu acho que nós como instituições – IEF, Faemg, Fetaemg, as prefeituras –, se fizermos um grande empoderamento desses atores locais, ao nível de município... Por quê? O que está acontecendo? Como funciona a análise do CAR? Isso é importante deixar claro. Ela tem critérios, então vai começar pelos proprietários possuidores maiores, os que têm imóveis maiores. E esses imóveis maiores normalmente estão vinculados a grandes associações, sindicatos e representações rurais. Então eles têm muito mais facilidade de acesso. À medida que avançamos com a análise e a comunicação com eles, as próprias associações e representações podem fazer esse suporte de resposta, notificação e retificação. Isso para os grandes. Paralelamente, tem os que acessam os atos autorizativos. Entrou dentro da URA pedindo um ato autorizativo, a ideia é que já saia dali com o CAR validado. Porque já está ali dentro com o empreendedor ou com o consultor, já consegue fazer o acesso dele, já resolver todas as questões com ele. Em algum momento, acessando o ato autorizativo, ele também vai sair regularizado. Hoje o Sisema vai achar um caminho, eu tenho muita fé com os meus colegas que estão à frente do controle processual, porque temos que achar um caminho de o ato autorizativo também trabalhar a regularização do imóvel. E o terceiro grupo é o grupo desses pequenos agricultores familiares que, para mim, são os mais fragilizados. Mas eles também estão em algum tipo de organização, seja vendendo para compras públicas, seja em feiras, seja participando de algum projeto. Então nós precisamos aproveitar essa governança local. Hoje eu estou indo de instituição a instituição, de Comitê a Comitê e falando o seguinte: ‘Você tem projeto?’ ‘Tenho, eu trabalho com 500 produtores.’ ‘Então nós vamos fazer o seguinte: no seu projeto você já vai trabalhar a questão da regularização ambiental do imóvel’ Então hoje o CBH Velhas já está fazendo isso, o CBH Rio Doce vai começar a fazer isso. Imagina os atendidos pelo Senar ATeG, todo mundo da ATeG também sendo regularizado com o nosso suporte. Nós estamos com a secretária captando recursos dos grandes empreendimentos em Minas Gerais para trabalhar a regularização ambiental de imóveis em áreas prioritárias, com foco em clima, vulnerabilidade social e biodiversidade. Então nós estamos com um conjunto de projetos e parceiros que já estão mobilizados com o programa. O que nós precisamos? Operacionalizar isso. Então se conseguirmos criar um fluxo... E eu já estou desenvolvendo esse fluxo com a equipe, para que todos esses parceiros locais já saibam: ‘O que eu tenho que fazer? Primeiro olhar o CAR 2.0, cadastrar na central do proprietário possuidor, resgatar a senha?’ Porque é simples resgatar a senha. Nós podemos fazer mutirões, balcões de atendimento. Então tem várias estratégias. O que eu gostaria de motivar vocês? Que nos territórios nas áreas de atuação de vocês a gente encontre essa melhor via. Então vai ter a feira em Montes Claros, rural, então fazemos um dia de atendimento. Para irmos achando esses caminhos. E à medida que formos achando e comunicando isso mais gente vai ficar sabendo, mais oportunidade vai surgindo, e vamos avançar. O que não podemos é ficar parados, porque tem essa insegurança jurídica, também a insegurança hídrica, a insegurança alimentar. E eu tenho certeza que o Cadastro Ambiental Rural é uma ferramenta muito importante para isso.”

7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DO RECURSO AO INDEFERIMENTO DE PROCESSO DE

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 7.1) Sandro Alberto Primo. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. Corinto/MG. Licença Ambiental Simplificada / Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS). PA/SLA/Nº 4635/2020. PA/SEI/Nº 1370.01.0030776/2021-26. ANM nº 830.746/2018. Classe 2. Apresentação URA CM. Retorno à pauta após controle de legalidade. Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa, Sede, Idene, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Montes Claros, Fiemg, Faemg, Sindicato dos Produtores Rurais, Sustenta Minas e Senar. Ausências: Aprosoja e Zeladoria do Planeta. **7.2) Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas. Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte - ASPP. Manga/MG. Licença Ambiental Simplificada / Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS). PA/SLA/Nº 1032/2024. PA/SEI/Nº 2090.01.0019333/2024-31. Classe 2. Apresentação: URA NM.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa, Sede, Idene, PMMG, Crea, Prefeitura de Montes Claros, Fiemg, Sindicato dos Produtores Rurais e Sustenta Minas. Abstenções: MPMG, Faemg e Senar. Ausências: Aprosoja e Zeladoria do Planeta. Justificativa de abstenções. Conselheiro Franklin Reginato Pereira Mendes/MPMG: “Como eu tenho conduzido com os consórcios a extinção dos antigos lixões e a regularização de novos, devidamente legalizados, entendo que estou diretamente lidando com a questão. Então por essa razão eu vou me abster do julgamento desse recurso.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Eu vou me abster por entender que a ausência da Codanorte aqui prejudica a minha avaliação nesse processo, mesmo com os esclarecimentos.” Conselheira Bianca Kastembal Ferreira Silva/Senar: “Eu vou me abster também na votação. Acredito que tenha faltado mesmo uma fala mais clara, mais esclarecida da outra parte também.” **7.3) José Carlos de Bessa - ME. Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares etc.). São Francisco/MG. Renovação de Licença de Operação. PA/SLA/Nº 2413/2022. PA/SEI/Nº 1370.01.0046962/2022-83. Classe 4. Apresentação: URA NM.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa, Sede, Idene, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Montes Claros, Fiemg, Faemg, Sindicato dos Produtores Rurais, Sustenta Minas e Senar. Ausências: Aprosoja e Zeladoria do Planeta. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO DO AUTO DE INFRAÇÃO. 8.1) Daniel Medeiros Pereira. Fazenda Espírito Santo. Desmatar em forma de corte raso com destoca, 44,08 ha de vegetação nativa tipologia Cerrado Sensu Stricto, em área comum, sem possuir autorização do órgão ambiental competente; Realizar supressão de 44 indivíduos arbóreos nativos da espécie Caryocar Brasiliense (Pequizeiro) árvore imune de corte declarado por ato do poder público, sem possuir autorização do órgão ambiental competente; Retirar produto da flora nativa, oriunda de desmate, totalizando 1.630 m³ de lenha nativa, sem autorização do órgão ambiental competente; Desrespeitar a penalidade de suspensão de exploração florestal prevista no AI nº 102038/2017 (Reds 2017-026778696-001), totalizando 289,81 ha, bem como previsto nos AIs 17644/2016, 63829/2016 e 35140/2017; Iniciar atividade de carvoejamento de produto da ora nativa, através da operação de 12 (doze) fornos de carvão sem o cadastro ou registro no órgão ambiental. Francisco Dumont/MG. PA/CAP/Nº 677757/19. AI/Nº 133316/2019. Apresentação: URFis NM.** Recurso indeferido por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa, Sede, Idene, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Montes Claros, Fiemg, Sindicato dos Produtores Rurais e Sustenta Minas. Votos contrários ao Parecer Único: Faemg e Senar. Ausências: Aprosoja e Zeladoria do Planeta. Justificativa de votos contrários ao Parecer Único. Conselheiro cravejamento Henrique Damásio Soares/Faemg: “Eu voto contrário à aplicação dessa multa. Mesmo tendo essa legalidade no decreto para mensurar esse valor, que está chegando a quase R\$ 1 milhão, eu acredito que essa multa é desproporcional ao tipo administrativo praticado ou não pelo autuado.” Conselheira Bianca Kastembal Ferreira Silva/Senar: “Eu voto contrário, acompanhando os argumentos expostos pelo Henrique, tendo em vista também o valor alto demais da multa.” **9) PROPOSTA DE AGENDA DAS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA NORTE DE MINAS DO COPAM PARA O ANO DE 2025. Apresentação: URA NM.** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões da URC Norte de Minas para o ano de 2025, conforme proposta apresentada pela URA NM. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Idene, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Montes Claros, Fiemg, Faemg, Sindicato dos Produtores Rurais, Sustenta Minas e Senar. Ausências: Aprosoja e Zeladoria do Planeta. **10) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**, **Diretor**, em 09/04/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **111266054** e o código CRC **E45ECA3F**.

Referência: Processo nº 2090.01.0002741/2025-66

SEI nº 111266054